



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO Nº : 10314.003208/96-43
SESSÃO DE : 22 de fevereiro de 2000
ACÓRDÃO Nº : 301-29.177
RECURSO Nº : 120.294
RECORRENTE : ELDORADO INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP

DRAWBACK - SUSPENSÃO. Inadimplemento do Ato Concessório. Comprovado o não cumprimento do compromisso de exportação no regime Drawback é cabível a cobrança dos tributos suspensos (II/IPI), multas e juros de mora.
RECURSO NEGADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 22 de fevereiro de 2000

MOACYR ELOY DE MEDEIROS
Presidente

ROBERTA MARIA RIBEIRO ARAGÃO
Relatora

11 JUL 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: LEDA RUIZ DAMASCENO, LUIZ SÉRGIO FONSECA SOARES, CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO, MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, PAULO LUCENA DE MENEZES e FRANCISCO JOSÉ PINTO DE BARROS.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.294
ACÓRDÃO N° : 301-29.177
RECORRENTE : ELDORADO INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP
RELATOR(A) : ROBERTA MARIA RIBEIRO ARAGÃO

RELATÓRIO

A empresa acima qualificada promoveu a importação de polietileno para fabricação de sacolas plásticas, sob o regime de “drawback”, concedido através do Ato Concessório nº 383-91/003-6 (fls. 09/12).

O Banco do Brasil informou, através do ofício AREA 2 – 621 (fls. 16) que o DECEX determinou o inadimplemento total do referido Ato Concessório.

Em decorrência, foi lavrado o Auto de Infração (fls. 64/80), com exigência do imposto sobre importação - II no valor R\$178.445,81(cento e setenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), o imposto sobre produtos industrializados – IPI no valor de R\$ 128.480,98 (cento e vinte e oito mil quatrocentos e oitenta reais e noventa e oito centavos), juros de mora do II e do IPI no valor de R\$ 753.418,07 (setecentos e cinquenta e três mil quatrocentos e dezoito reais e sete centavos), as multas do art.4º, inciso I, da Medida Provisória nº 297/91 e do art. 530 do Regulamento Aduaneiro para o imposto de importação, as multas do art. 364, inciso II do RIPI e do art. 4º, inciso I da Medida Provisória nº 297/91 para o imposto sobre produtos industrializados.

A interessada apresentou impugnação tempestiva, alegando, em síntese:

- preliminar de nulidade da ação fiscal por falta de descrição dos fatos, exigido pelo art. 10, inciso III, do Decreto nº 70235/72;
- erro de interpretação do fisco ao tratar o regime “drawback” como um favor fiscal e não um incentivo à exportação, aplicando restrita e literalmente seus dispositivos legais. E portanto, não considerou que o inadimplemento se deveu a fatores alheios à sua vontade: Guerra do Golfo em 1991, que desequilibrou os mercados especialmente ligados a derivados de petróleo, como é o caso do polietileno;
- erro de procedimento do fisco que não procedeu de acordo com a Portaria MF nº 36/82, ou seja, notificar o interessado

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.294
ACÓRDÃO N° : 301-29.177

com o cálculo dos tributos e indicar a data para pagamento, descabida portanto a cobrança de multa e juros de mora;

- **falta de reconhecimento das exportações efetivadas**, ainda que fora do prazo previsto, cujos tributos e penalidades deveriam ser cancelados, especialmente a correção monetária e os juros de mora no período de 20/08/93 a 25/10/96. Com relação aos insumos não exportados, que sejam refeitos os cálculos para sua nacionalização;
- **falta de previsão legal para as penalidades**, no caso de descumprimento do compromisso de exportar no “drawback” e, pela impossibilidade de se exigir tributos ou penalidades com base em analogia;
- **falta tipicidade**, no caso em questão, para aplicação do art.364, inciso II, do RIPI: não se cogita de falta de lançamento do IPI na nota fiscal e que a única penalidade viável seria a do art.522, IV do R.A.;
- **descabida a multa de mora** visto não estar configurado o “débito fiscal não pago no vencimento”, eis que a exigibilidade de crédito se encontrava suspensa;
- **inaplicável a multa do art. 4º, inciso I, da Lei nº 8.218/91** ao imposto de importação, a teor da exegese dos textos que o precederam em Medidas Provisórias e as decisões do Conselho de Contribuintes;
- **indevidos os juros de mora** equivalente à TRD desde 01/02/91 até 30/08/91 (data da entrada em vigor da Lei nº 8.218/91).

A decisão da Autoridade de Primeira Instância julgou parcialmente procedente o lançamento para:

- exonerar a multa da Medida Provisória nº 297/91 do IPI por duplicidade com a multa do RIPI 82;
- reduzir o percentual de 100% para 75% da multa do IPI pela aplicação do percentual determinado pelo art. 45, da lei nº 9.430/96, com base no Princípio da retroatividade da Lei penal mais benigna;
- reduzir o percentual 80% para 75% da multa do II pela aplicação do percentual determinado pelo art. 44, da lei nº 9.430/96, com base no Princípio da retroatividade da Lei penal mais benigna
- exonerar a multa de mora do II, com base na IN SRF/PGFN nº 01, de 05/02/80;

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.294
ACÓRDÃO Nº : 301-29.177

- recalcular os juros de mora, com base na IN 032/97.

A decisão foi fundamentada com base nos seguintes argumentos:

- que não se configura falta de descrição dos fatos, arguida na preliminar, por constar na informação do DECEX a falta de cumprimento do Ato Concessório;
- que são insuficientes os relatórios apresentados (fls. 14/32) para promover novas consultas ao DECEX, como para proceder a novo cálculo dos tributos e penalidade em vista de eventual cumprimento parcial do drawback;
- que “os motivos alheios à sua vontade” (Guerra do Golfo) esbarram no princípio da responsabilidade objetiva das infrações tributárias (art. 136 da lei 5.172/66 e art. 499 do R.A/85);
- que a autuada não adotou quaisquer das providências, para o beneficiário em dificuldades, previstas no art. 13 da Portaria MEFP nº 594/92 bem como no art. 319, do R.A, com a redação do Decreto 636/92(destinar ao consumo interno, recolhendo os tributos devidos, devolução ou reexportação);
- e que até o pedido de nova prorrogação foi protocolado tardeamente em 20/08/93, após ter esgotado o prazo de exportação em 04/06/93;
- que o art. 319 do R.A, disciplinado pelo art. 13 da Portaria MEFP 594/92 derrogou os procedimentos da Portaria MF 36/82;
- que em caso de inadimplemento do regime de exportar, no regime de drawback, a autuada deve providenciar espontaneamente e por si própria o pagamento dos tributos devidos;
- que a penalidade da Lei nº 8.218 não foi a multa de ofício lançada, estribada, sim, no art. 4º da MP 297/91, referendada pelo art. 37, da Lei nº 8218/91;
- que o Acórdão de nº 302-32497 tem o mesmo entendimento quanto a cobrança da multa prevista no art. 364 do RIPI/82.

Inconformada, a autuada apresentou recurso repetindo os mesmos argumentos já apresentados na impugnação.

Foi anexado às fls. 390/392 cópia da Sentença da recorrente que a desobriga do depósito exigido pela Medida Provisória nº 1.621-30, de 12/12/97.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.294
ACÓRDÃO N° : 301-29.177

VOTO

O recurso é tempestivo, portanto dele tomo conhecimento.

O processo trata do regime de DRAWBACK com inadimplemento total do compromisso de exportar, determinado pelo DECEX, através da correspondência de fls.16 e do Relatório de Comprovação fls.367.

Inicialmente é importante ressaltar que o recurso não acrescentou nenhum argumento novo para contestar a decisão.

O que de novo existe no processo, são os originais dos relatórios de comprovação de drawback relativo ao Ato Concessório em questão, anexados às fls.369/384 pelo Serviço de Fiscalização Aduaneira, da IRF – São Paulo.

Conforme demonstraremos a seguir, esses documentos juntamente com a informação de inadimplemento total expedida pelo Banco do Brasil na correspondência de fls.16, confirmam de forma cabal a procedência da ação fiscal em questão.

Inicialmente cumpre observar o disposto no art. 40 da Portaria SECEX nº4/97:

“art. 40.Na modalidade suspensão, vencido o Ato Concessório de Drawback e havendo inadimplemento do compromisso de exportar, em razão da não utilização ou utilização parcial das mercadorias importadas, a beneficiária deverá, conforme o caso, com observância da legislação pertinente e dentro do prazo previsto no inciso II do art. 32 desta Portaria:

- I- providenciar a devolução das mercadorias não utilizadas no exterior;
- II- requerer a destruição das mercadorias imprestáveis ou das sobras;
- III- destinar as mercadorias remanescentes para consumo interno.”(grifo nosso)

No caso, a recorrente descumpriu as duas hipóteses previstas no art. 40 citado acima, senão vejamos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.294
ACÓRDÃO Nº : 301-29.177

- vencido o ato concessório - que a alegação da própria recorrente de que não cumpriu o prazo para exportar por causa dos conflitos no Golfo Pérsico, confirmam o descumprimento do prazo para as exportações, tornando o referido ato concessório vencido, conforme se comprova através da informação emitida às fls. 16 pelo Banco do Brasil;
- e inadimplemento do compromisso de exportar, em razão da não utilização ou utilização parcial das mercadorias importadas - está devidamente comprovado, primeiro através do relatório de fls. 367 quando atestou literalmente que “mercadorias importadas ao amparo do Ato Concessório sob referência não utilizadas nos produtos exportados, conforme os tipos e quantidades mencionadas nos anexos, em números de 2003 e 2004”(grifo nosso), e segundo por constar o carimbo de “nacionalização” nos anexos de relatório de comprovação (fls.371 e 372);

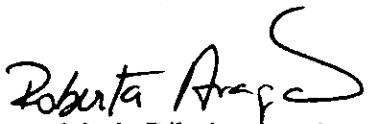
Desta forma, além de vencido o Ato Concessório em questão ficou demonstrado que a recorrente não honrou o compromisso de utilizar as mercadorias importadas, pelo referido Ato Concessório, nos produtos exportados, e que a “nacionalização” apostada em carimbo foi determinada pela CACEX como exigência legal pelo descumprimento.

Ademais, apesar de ter sido constatado o descumprimento do compromisso de exportar e sendo a recorrente a beneficiária do regime, nenhuma das providências foi por ela determinada, em conformidade com o disposto no art. 40 da Portaria SECEX nº 4/97.

Assim, comprovado o inadimplemento do compromisso de exportar no regime de drawback suspensão é cabível a cobrança dos tributos suspensos (II/TPI), multas e juros de mora.

Pelo exposto, e como bem decidiu a autoridade julgadora de primeira instância, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2000


Roberta Maria Ribeiro Aragão - Relatora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº:10314.003208/96-43

Recurso nº : 120.294

TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional junto à Primeira Câmara, intimado a tomar ciência do Acórdao nº301.29.177

Brasília-DF, 05 de julho de 2000

Atenciosamente,

Moacyr Eloy de Medeiros
Presidente da Primeira Câmara

Ciente em:

Silvano José Fernandes
Procurador da Fazenda Nacional